



Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

e

Ministério da Justiça

Programa de Estado de Direito e Justiça

Relatório Anual

Janeiro a Dezembro de 2015

Elaborado pelo

PNUD

Janeiro de 2016

I - Contexto político, económico e social

O ano de 2015 é o ano de alguma turbulência política no País, provocada pela queda do Governo do PAIGC resultante das eleições pós-golpe de Abril de 2012. Essa turbulência afectou de alguma forma a intervenção do PNUD no sector da justiça, nomeadamente a mudança da titular da pasta da justiça e do Procurador-geral da República, o que requer .

É um ano em que todos os intervenientes do sector da Justiça se acordaram na criação de um mecanismo de coordenação do sector, no âmbito do Programa de Reforma e Modernização do Sector da Justiça, endossado pelo Governo em 2014. 2015 é também o ano em que as obras de construção dos tribunais de sector de Mansoa e Canchungo foram realizadas, tendo em vista a maior descentralização dos serviços de justiça para as localidades mais distantes da capital.

II – Realizações registadas nos domínios de intervenção

O acesso à justiça

Centros de Acesso à Justiça

- Os Centros de Acesso à Justiça (CAJ) continuam a prestar o serviço de assistência jurídica gratuita às populações, contribuindo assim para eliminar as desigualdades entre as pessoas no que toca ao acesso aos serviços jurídicos. Durante o ano de 2015 o PNUD apoiou o Ministério da Justiça para garantir o acesso à justiça no País através dos cinco (5) CAJ em três regiões (Cacheu, Oio e Bafata) e Sector Autónomo de Bissau (SAB). Desde a sua instalação em Setembro de 2011, os CAJ atenderam mais de 1.776 pessoas, das quais 1.722 em 2015, 22% de mulheres.

- Um esforço coordenado entre o PNUD e o Ministério da Justiça, o Ministério das Obras Públicas e o projecto Estado de Direito e Justiça do PNUD, resultou numa contribuição crucial para a descentralização da justiça para as áreas mais distantes do País : a construção de dois Tribunais de Sector no País. As obras de construção em Canchungo e Mansoa dos Tribunais de Sector decorreram normalmente, devendo os Tribunais ser entregues ao Ministério da Justiça no primeiro semestre de 2016. Os trabalhos de construção iniciaram em Janeiro de 2015, tendo o lançamento da primeira pedra sido presenciado pela Ministra da Justiça e o Ministro das Infraestruturas, na presença da Representante Residente do PNUD.

As capacidades e as competências dos actores da justiça são melhoradas

- O segundo semestre do II curso de ingresso nas magistraturas, que havia iniciado em Janeiro de 2015, foi finalizado com sucesso. Por conseguinte, os magistrados estagiários foram nomeados definitivamente e colocados nos diferentes tribunais do País.

- Como parte da referida iniciativa de reforço das capacidades, 16 funcionários e oficiais de justiça colocados nos Tribunais Regionais e de Sector receberam formação em matérias relacionadas com Direito Processual (Civil e Criminal) para melhorar a gestão dos processos nos Tribunais Regionais e de Sector. Pela primeira vez, os operadores judiciais colocados nas regiões tiveram a oportunidade para desenvolver as suas competências em muitas matérias relacionadas com as suas tarefas diárias nos tribunais.

III – Aspectos transversais

Integração do género e direitos humanos

No decorrer da sua actividade em 2015, os CAJ proporcionaram apoio jurídico gratuito, aconselhamento e informação para 374 mulheres. Os CAJ promoveram ainda acções de informação e sensibilização sobre os direitos humanos. Estes temas são transversais no projecto Estado de Direito e Justiça, porquanto as acções do projecto focalizam-se nas mulheres e crianças enquanto camada mais vulnerável da sociedade. As acções de sensibilização foram implementadas em nos sectores de S. Domingos (região de Cacheu), Mansoa (região de Oio) e na região de Bafata.

IV – Realizações registadas na gestão dos fundos

Award # in Atlas	Project Name	Project/Budget Number	Total Budget (2015)	2015 Annual Expenditures (Jan-Dec 2015)	Delivery Rate %	Project Duration	Status (active / completed)	Approval Date and Authorization Period
00051229	Rule of Law and Justice	00089163	1,018,220 USD	804,840.65 USD	80.3%	3 years	Active	Jan2014– Dec2016
00051229	Rule of Law	00076278	11,715 USD	11,424.42 USD	97.5%	4 an	Active	Septembre2010– Dec 2014
	TOTAL		1,029,935 USD	816,265.07 USD	80%			

V – Desenvolvimento das parcerias e mobilização dos recursos

- A 27 de Novembro o PNUD assinou um acordo com o Observatório dos Direitos, uma ONG nacional que opera na área dos direitos humanos, para apoiar no lançamento de um Projecto de Monitoramento do Sistema Judicial. O principal escopo da referida actividade consiste na produção de um relatório temático produzido pelo Observatório dos Direitos visando avaliar o nível de conformidade das decisões judiciais produzidas na Guiné-Bissau, com a lei interna e os padrões internacionais dos direitos humanos. Através de entrevistas individuais, grupos alvo e avaliação de documentação sobre jurisprudência nacional, o estudo irá ajudar na verificação e análise aprofundada de casos em que a lentidão e a má administração da justiça violaram gravemente os direitos fundamentais dos mais desfavorecidos.

VI – Gestão de riscos

- O maior risco que sempre existiu para o projecto é a sua apropriação pelos parceiros nacionais. Para superar esse risco, o Ministério da Justiça e o PNUD acordaram um plano de apropriação gradual e progressiva do pessoal afecto aos CAJs. No ano de 2015, todos os

- A falta de colaboração das autoridades administrativas ou tradicionais é um obstáculo com que o projecto se tem deparado. Por vezes outros serviços do Estado não prestam o apoio institucional devido aos CAJs, nomeadamente as esquadras de polícia ou os chefes tradicionais. Para ultrapassar estes obstáculos o Gabinete de Informação e Consulta Jurídica, do Ministério da Justiça, em parceria com o Programa Estado de Direito e Justiça, tem promovido seminários de concertação entre os diferentes intervenientes no acesso à justiça, como forma de fomentar e promover maior relacionamento entre os diferentes actores na área.

VIII - Desafios, respostas e lições aprendidas

- O maior desafio com que o projecto se depara é o aumento do número das mulheres nos CAJs. Este é um desafio que o programa deve superar, de modo a equilibrar o número de homens e mulheres. Para responder a este desafio o programa propõe aprofundar a troca de sinergias com associações de mulheres e ONGs que operam na área dos direitos das mulheres.
- A estratégia de saída do programa é uma lição aprendida porquanto ela foi negociada com o Ministério da Justiça, tendo o pessoal colocado nos CAJ sido transferidos para o Ministério da Justiça, quer dizer, com o estatuto de funcionários públicos. Esta estratégia consiste na transformação gradual dos operadores dos CAJ em funcionários públicos, o que permite a apropriação paulatina das actividades e dos custos de funcionamento dos CAJ pelo Ministério da Justiça.

IX - Recomendações

- Colocação dos magistrados judiciais recém formados no CENFOJ nas regiões e sectores onde se regista maior carência de magistrados.
- Reforçar a sensibilização das mulheres e crianças, seja nos programas radiofónicos, seja acções de sensibilização nos PAS.
- Fomentar as relações com autoridades administrativas, tradicionais, régulos e anciãos.
- Fomentar e aprofundar parcerias com OSC locais e ONGs.

Assinaturas

Pelo parceiro de implementação :	
Nome e apelido : <i>A. M. L.</i>	
Função : <i>Coordenador adjunto</i>	
Assinatura : <i>A. M. L.</i>	Data : <i>11/05/2016</i>
Pelo gestor de projecto :	
Nome e apelido : <i>KAMIL LOPEZ</i>	
Função : <i>Perito Legal Nacional</i>	
Assinatura : <i>Kamil Lopez</i>	Data : <i>11.5.2016</i>
Pelo Governo :	
Nome e apelido : <i>Jorge Mendes</i>	
Função : <i>Director Geral</i>	
Assinatura : <i>JM</i>	Data : <i>11.05.2016</i>